

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 1999.**

Às nove horas e trinta minutos do dia 18 de agosto de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Simon e com a presença dos Senhores Senadores, Geraldo Cândido, Djalma Bessa, Emília Fernandes, Artur da Távola, Romeu Tuma e ainda os senadores não membros, Lúcio Alcântara e Luzia Toledo, reúne-se a Subcomissão de Rádio e TV. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, Álvaro Dias, Amir Lando e Gerson Camata. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente Reunião tem como objetivo a explanação do Diretor da Secretaria de Comunicação Social, Jornalista Fernando César Mesquita e do Diretor-Geral do Senado, Senhor Agaciel Maia, sobre o Projeto “Universidade do Legislativo”. A Presidência passa a palavra aos expositores. Finda a exposição, o Sr. Presidente abre o debate com os Senhores Senadores e demais presentes. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, solicitando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e cinquenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON
PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E T.V.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Declaro aberta a reunião da Subcomissão encarregada das questões de rádio e televisão, da Comissão Permanente que temos aqui.

É uma honra muito grande termos aqui o nosso Diretor-Geral Agaciel e esse extraordinário jovem Sr. Mesquita.

A nossa Comissão foi criada de uma maneira permanente para debatermos e discutirmos a questão da televisão no Brasil. Entendíamos que existia um vazio muito grande no Congresso Nacional. O vazio era a falta das comunicações. O rádio e a televisão são hoje importantes demais para que o Congresso Nacional não tenha presença neles.

Se estudamos a família, a comunidade, a escola, a religião, a igreja, não há como o Congresso Nacional não ter uma Comissão Permanente sobre comunicações. Na organização da nossa sociedade, dos nossos jovens, dos nossos filhos, da nossa família, no nosso dia-a-dia, hoje ninguém mais faz a nossa cabeça

como a televisão. É evidente que temos que discutir permanentemente a televisão. Isso é da maior importância. Coincidentemente, o Senado cria uma instituição que até aqui já é uma revolução, ou seja, a nossa **TV Senado**.

Posso falar da **TV Senado**, porque acompanho isso desde o início. A **TV Senado** está modificando até os hábitos das pessoas; ela tem sido uma modificação, tem sido um símbolo daquilo que pode ser este nosso País em termos de comunicações. É claro que hoje a **TV Senado**, sendo uma televisão a cabo, não consegue entrar no conjunto da sociedade, que é o nosso ideal, é o que estamos buscando. Mas ela está entrando nos formadores de opinião. Nas cidades do interior do Rio Grande do Sul, o padre, os vereadores, o dono da venda, o dono do boteco, o prefeito, o presidente do sindicato, essas pessoas têm a **NET** e assistem à **TV Senado**. E isso tem significado um fator importante, porque essas pessoas que vêm criam uma “corrente de Santo Antônio” de debates, discussões com outras pessoas.

Tenho feito experiências. Com relação a alguns pronunciamentos, nos quais tenho interesse, aviso àquelas pessoas mais ligadas a mim, por Fax, para que assistam e eles avisam. Hoje posso dizer que estou no Senado por causa da **TV Senado**, porque, pelos meios de comunicação do Rio Grande do Sul, se dependesse deles, eu não estaria aqui. Havia um movimento muito grande, pelas televisões locais, exatamente para que eu não voltasse e o que fez com que, independente disso, as cidades tomassem conhecimento da minha atuação foi exatamente a **TV Senado**. Esse já foi um ponto. Está sendo um elo importante, porque as pessoas sabiam o que era o Congresso Nacional por uma notícia no **Jornal Nacional** ou na **TV Bandeirantes** ou no rádio ou jornal, o que geralmente não era a melhor notícia. Em determinada época, no **Fantástico** havia um quadro sempre pitoresco do Congresso Nacional.

Essa mudança e essa programação de primeira grandeza é muito importante. Quero ressaltar a competência; não é uma lavagem, não é uma chatice. Um dos programadas mais bonitos que vi na TV brasileira foi o Artur da Távola falando sobre composição., e o Senador José Fogaça e sua esposa mostravam suas composições.

Então, ela é complexa. Até o Pitanguy ensinou como hoje é popular e normal a cirurgia plástica. Depois de ouvi-lo, só não fiz por que já tinha setenta anos; se não, eu diminuiria um pouco o nariz.

Na verdade, está acontecendo uma revolução. E é nesse contexto que estamos realizando esta reunião, para três assuntos: primeiramente, do Diretor-Geral e do nosso Mesquita; depois, gostaria de propor algumas idéias.

Não sei, mas se o que estou imaginando é verdade, estamos vivendo um momento histórico aqui, estamos vivendo uma hora fantástica aqui. O que estou imaginando é que, com meia dúzia de dinheiro, o prefeito coloca uma repetidora da nossa **TV Senado** naquele Município, e aquele Município vai ver a **TV Senado**, com duas horas por dia para a programação daquele local. Se for assim, estaremos mudando a televisão no Brasil.

O maior problema da televisão brasileira é que temos as redes do Rio de Janeiro e de São Paulo, que fazem uma lavagem cerebral. O coitado do cidadão de qualquer outro Município, como por exemplo nós, do Rio Grande do Sul, só podemos assistir à televisão do Rio e de São Paulo.

Se isso que estou imaginando é verdade, o cidadão no seu Município, além de ver a **TV Senado**, terá duas horas para assuntos da sua cidade, notícias locais. Olha, V. S^a vai colocar a nossa Comissão nesse negócio, só para dizer que aparecemos juntos. Eu já podia dizer que houve razão de ser da nossa Comissão.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Senador Pedro Simon, Sr^{as} e Srs. Senadores, como o Senador Pedro Simon falou, a **TV Senado** tem realmente dado uma contribuição importante para que haja uma mudança na percepção que a sociedade tem do Poder Legislativo e do Senado, em particular.

Nós, que trabalhamos nessa área, que somos todos jornalistas e tivemos uma experiência na iniciativa privada, sempre acompanhamos o trabalho do Congresso pela mídia. E posso dizer, porque sou jornalista: a mídia sempre foi pouco generosa - para não dizer perversa - para com o Congresso Nacional, especialmente com o Senado.

As notícias divulgadas pela mídia sobre o Congresso, Senado ou Câmara normalmente não refletem o trabalho que se está realizando. Só se divulga o que é negativo, pejorativo. Nunca se dá destaque ao que é realmente do interesse da sociedade. E não há debate, não há discussão, qualquer projeto que se vote aqui que não seja do interesse da população, do País, da sociedade. Isso nunca é realçado.

Não farei um histórico muito grande para não tomar o tempo de V. Ex^{as}; mas, se tomarmos uma edição do **Jornal do Senado**, verificaremos que, num só dia, foram votadas de vinte a trinta matérias pelas Comissões e pelo Plenário. Se pegarmos o jornal da mídia particular do outro dia, ele estará afirmando que o Congresso está parado, que não votou nada e que houve uma paralisação em função disso ou daquilo.

Isso está mudando. As emissoras de rádio e televisão e os próprios jornais já não podem mais dizer - e eu ouvi a **CBN** dizer isso - que às sextas-feiras e às segundas-feiras o Congresso não funciona, que não há sessão. Hoje o telespectador ouve a **Rádio Senado** e assiste à **TV Senado**, podendo constatar que está havendo debates. Então, eles não podem mais mentir como mentiam. Infelizmente, a palavra é dura, mas a realidade é essa: eles mentiam e ainda mentem muito a respeito do Congresso. Já conseguimos mudar essa situação.

Pelo número de **e-mails**, de correspondências e de manifestações recebidas pelo número 0800, o serviço do cidadão, observamos que as pessoas mostram-se surpreendidas ao assistirem a **TV Senado** e verem o trabalho da Casa. Elas não faziam idéia do que acontecia. Há milhares e milhares de manifestações pelo 0800 de pessoas que anunciam ter mudado a sua opinião a respeito do Senado depois da **TV Senado**. V. Ex^{as} devem ter recebido manifestações. Os Senadores Lúcio Alcântara, Emilia Fernandes, Luzia Toledo, todos recebem opiniões sobre o acompanhamento permanente que se faz. Trata-se de um início, mas os conceitos já estão mudando.

Procuramos manter uma programação de qualidade. Não fazemos comentários. Evitamos debates políticos e de estúdio, porque, às vezes, o Senador referido pode não estar presente para responder às críticas. O debate político acontece nas comissões e no plenário. Fazemos, então, uma programação que procura manter o telespectador ligado na **TV Senado**. Quando não há sessão plenária, reunião de comissão ou algum programa especial relacionado com algum trabalho do Senado, mantemos uma programação que atrai o interesse dos telespectadores. Trata-se de programas culturais sobre comportamento, medicina que alcançam uma grande audiência. Enfim, procuramos fazer com que as pessoas criem o hábito de assistir à **TV Senado**.

Recebemos grande quantidade de solicitações de pessoas de todo o Brasil perguntando por que a **TV Senado** não operava em canal aberto. Fizemos **démarches**, e, em contato do Senador Antonio Carlos Magalhães com o Ministério das Comunicações, foi feita uma consignação de um canal em UHF para a TV Senado. O canal UHF em Brasília, canal 51, permitirá que a **TV Senado** seja não mais uma TV por assinatura, uma TV a cabo, mas uma estação de televisão geradora, como qualquer outra. Com isso, a legislação permite que cada município possa ter uma retransmissora da **TV Senado**. Teremos um transmissor de 20 quilowatts, o mais potente de Brasília, que alcançará todo o Distrito Federal, permitindo que qualquer pessoa nessa área que não seja assinante de TV a cabo assista à **TV Senado**. Já fizemos a concorrência, e o contrato já foi assinado. Dentro de 90 dias, o nosso transmissor de UHF estará instalado e funcionando. Este é nosso propósito.

A partir da idéia de transmitir em sinal aberto, criou-se um grupo de trabalho para estudar as formas de utilizar os recursos que a legislação colocava à nossa disposição, as facilidades da legislação. A Ana Luiza, que trabalha também como assessora da subcomissão, fez um estudo com o nosso pessoal técnico, com o Marco Antonio Reis. Começamos, então, a fazer contatos com as câmaras municipais e prefeituras, para as quais mandamos cinco mil correspondências para saber o tipo de programação que essas instituições gostariam de ter na **TV Senado**. Recebemos quase duas mil respostas. Contatamos as associações das câmaras municipais e fizemos várias reuniões. Ouvimos seu interesse de programação, suas reivindicações e sugestões.

Por sugestão do Dr. Agaciel, resolvemos colocar o ILB nesse circuito. O Agaciel propôs que se fizesse cursos a distância. Então, o Presidente propôs fazer a Universidade do Legislativo, o projeto da Universidade do Legislativo. Foi criado um grupo de trabalho, do qual fazem parte o Dr. Agaciel da Silva Maia, o Dr. Dirceu Teixeira de Matos, que é o chefe da Consultoria, o Dr. Raimundo Carreiro, o Dr. Marcos Antônio Pais dos Reis, eu e o Mário de Medeiros, do ILB. Começamos a estudar a proposta do projeto da Universidade Legislativa que, em síntese, chama-se Educação para a Cidadania.

Por meio desses cursos que daremos e das palestras que serão feitas, durante três horas, ministraremos aulas sobre a Constituição, o Legislativo e a Constituição, Direito Administrativo e outros assuntos de interesse dos municípios, que são muito abandonados, muito relegados pela mídia. Não significa que vamos dirigir-nos especificamente a um só município, mas faremos programas que interessem aos municípios em geral. Houve essa repercussão, essa aceitação, por isso estamos em negociação com eles.

São três horas por dia, das 6h às 9h, e a idéia é a de que sejam programas voltados para os municípios. Pegaremos o **Diário do Congresso**, discursos que abordam determinados assuntos do interior do País, o Diário Oficial, notícias dos Ministérios que sejam voltadas para assuntos do interior do País; desenvolveremos uma programação específica à medida que a aceitação de cada proposta for maior ou menor. O ILB faria cursos voltados para a formação de quadros políticos nas Câmaras Municipais, de

pessoas que quisessem seguir carreira política e também para a melhoria dos recursos humanos nas Câmaras Municipais e nas Prefeituras.

Já existe um elenco de cursos. Estamos estudando isso, e acredito que chegaremos a bom termo. No entanto, gostaríamos que os Senadores desta Comissão, que é realmente importante, haja vista o número de manifestações que temos visto no 0800 sobre o seu trabalho, fossem o carro-chefe desse projeto.

Então, com sua autorização, gostaria de passar a palavra ao Dr. Agaciel da Silva Maia, para que S.^a pudesse detalhar sobre esse estudo do ILB e da Universidade do Legislativo.

Quanto às indagações de natureza técnica, estamos com todo o pessoal técnico aqui para esclarecer qualquer dúvida sobre como funciona esse sistema, como se pode captar o sinal, enfim, para dar qualquer outro esclarecimento.

O SR. AGACIEL DA SILVA MAIA - Senadores Pedro Simon, Geraldo Cândido, Luzia Toledo e Lúcio Alcântara, nosso objetivo é simples, mas, como o Senador Pedro Simon falou, também revolucionário. Queremos aproveitar a **TV Senado**, outros meios como a Interlegis e até mesmo a infra-estrutura que o Senado tem como um todo, para fazermos uma revolução no que diz respeito a fomentar pesquisas sobre o Legislativo e a melhoria dos recursos humanos dos servidores do Legislativo estadual, municipal e federal.

Conforme levantamento realizado entre servidores de Câmaras de Vereadores, Prefeituras, de Assembléias Estaduais, há um universo de 500 mil pessoas. Na realidade, queremos aproveitar a infra-estrutura que o Senado tem e organizá-la, para que se faça uma revolução no que diz respeito ao desenvolvimento dos recursos humanos desses órgãos, realizando cursos com custo mínimo.

Sabemos que um servidor de uma prefeitura, para fazer um curso sobre processo licitatório, ou um curso de como organizar uma prestação de contas, ou um curso de como acompanhar a execução orçamentária e financeira de seu município, tem que se dirigir aos principais centros dos Países.

Queremos, por meio da **TV Senado** e da Internet, com a filosofia de curso de treinamento à distância, promover todo o desenvolvimento dos recursos humanos desses órgãos, sem que esses servidores tenham que se deslocar dos seus municípios.

Daí a idéia da Universidade do Legislativo. Mas baseada em quê? A princípio, no desenvolvimento de um currículo multidisciplinar direcionado para o aperfeiçoamento dos legislativos municipais, estaduais e o nosso. Concursos sobre processo legislativo, técnicas legislativas, administração legislativa, políticas públicas, planejamento, execução e avaliação, processo orçamentário, envolvendo Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Eleitoral, Direito Tributário, Direito Financeiro, Direito Internacional Público, Meio Ambiente e sua legislação. Todos esses cursos serviriam de base e seriam transmitidos pela **TV Senado**, entre 6 e 9 horas.

Junto com esse projeto, estamos desenvolvendo um outro para a realização de um curso de Ciências Políticas, através de convênio com a Universidade de Brasília, Fundação Getúlio Vargas e entendimento com a Universidade de Santa Catarina, que tem uma experiência muito grande nessa área; um curso de Ciências Políticas que possa ser feito à distância, dentro dos métodos de curso à distância, e um aqui em Brasília sendo presencial.

Com toda essa infra-estrutura e aproveitando a sua ampliação, a **TV Senado**, agora com o sinal aberto, em breve, estará em todos os municípios. Inicialmente, tinha-se pensado em instalar um computador dentro da Câmara de Vereadores, para que seu uso fosse restrito aos servidores da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. Mas o sinal aberto da **TV Senado** permitirá que cada município coloque uma estação retransmissora da **TV Senado**, que, de acordo com a potência, atingirá um raio a começar de 12 a 20 km ou mais, dependendo de seus equipamentos, possibilitará a todos os 5,7 mil municípios do Brasil assistir, de sua casa, à **TV Senado** como atualmente assistem à **TV Globo**.

Aproveitando o objetivo maior de dar transparência à atividade do Legislativo e a oportunidade de divulgar a atuação da instituição, cumpriríamos, com a Universidade do Senado, o objetivo de desenvolver os recursos humanos desses órgãos, que, sabemos, são muito precários.

Então, na realidade, o Instituto Legislativo Brasileiro, com o projeto da Universidade e aproveitando a ampliação da **TV Senado** e seus objetivos de divulgar a instituição, de dar transparência, de manter uma interação maior entre a sociedade e essa instituição, também aproveitará, Senador Pedro Simon, para revolucionar a educação dos servidores desses órgãos, ministrando cursos, sem que haja a necessidade de essas pessoas se deslocarem do seu local de trabalho.

Ao mesmo tempo, iremos aproveitar essa infra-estrutura para montar uma biblioteca de conhecimentos, na qual qualquer servidor de Câmara de Vereadores, ou da própria prefeitura, ou até mesmo

da sociedade, possa pesquisar, via computador, qualquer assunto do banco de dados do Senado, cuja construção levou vinte anos.

Então, tudo o que o Senado adquiriu em termos de conhecimento, em termos de informação, queremos disponibilizar tudo isso para a sociedade brasileira. O projeto, o carro-chefe que puxa tudo isso é exatamente a **TV Senado**, através da ampliação das estações retransmissoras a serem colocadas em todos os municípios brasileiros. Em síntese, o projeto da universidade do Legislativo é este.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Senador Pedro Simon, o custeio da estação da transmissora nos municípios será feito pela prefeitura, pela câmara municipal ou por uma organização privada. A legislação permite que isso seja feito de várias maneiras. Não será um custo para o Senado. Acreditamos que, dependendo da potência da estação pretendida pelo município, ela poderá alcançar, como o Agaciel falou, um raio de 10km a 20km, e o custo, dependendo da potência do equipamento, será de R\$10 mil a R\$20 mil, segundo as informações que temos. Isso porque, ter-se-á que comprar uma antena parabólica para captação da imagem e um equipamento.

Se V. S^a me permitir, gostaria de dar a palavra ao Aldo, para que ele explicasse o funcionamento do equipamento. O Aldo é nosso engenheiro.

Aldo, você poderia ficar com o microfone, para responder a qualquer pergunta sobre o assunto?

O SR. ALDO RENATO - Bom-dia. Sou o engenheiro da Sustel, que dá todo apoio técnico tanto para a **TV Senado** quanto para a **Rádio Senado**. Como disse Fernando Mesquita, nosso chefe, a transmissão em uma cidade é muito simples, bastando para isso a captação do sinal por uma antena parabólica. Esse sinal é inserido em um equipamento transmissor, normalmente um retransmissor de baixa potência, e injetado numa antena transmissora, depois é lançado no ar, para que todos os receptores de TV nas cidades possam captá-lo.

Os canais disponíveis nas cidades são controlados pelo Ministério das Comunicações. Existe um plano básico de distribuição de canais de televisão no Brasil. Em algumas localidades, há canais que estão disponíveis, vagos. Para utilizá-los, bastaria que a instituição interessada em retransmitir o sinal da **TV Senado** solicitasse, juntamente com o projeto técnico, a instalação do canal na localidade, com o objetivo de captar o sinal da **TV Senado** e retransmiti-lo.

As localidades que não possuem esses canais teriam que viabilizar um canal, que pode ser canal VHF. Os canais de VHF são conhecidos por nós: do canal 2 ao canal 13. Podem também utilizar-se do canal UHF, que se utilizam dos sinais que vão do canal 14 ao canal 59, e atualmente previstos para se captar um canal aberto, um receptor de TV comum de televisão, comumente vendido no comércio.

Qualquer dúvida que vocês tiverem a esse respeito, podem...

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Aldo, você poderia dar informações a respeito desse equipamento que deve ser comprado por quem tiver interesse em retransmitir? Qual o custo dele e suas variações, pelos cálculos que fizemos?

O SR. ALDO RENATO - O custo varia de acordo com a potência do equipamento transmissor, que é o equipamento mais caro que se tem. Na realidade, o equipamento resume-se a: uma antena parabólica, um receptor de satélite ligado a essa antena parabólica, cabos para interligá-los. Do receptor de satélite o sinal vai a um retransmissor de televisão, esse retransmissor que é o coração do sistema para retransmissão do sinal, e, à saída do retransmissor, joga-se o sinal na antena. Se a potência desse equipamento retransmissor for, por exemplo, de 10W – e 10W para uma cidade de 5 mil habitantes, com um raio urbano de 3 a 4km –, perfeitamente se pode captar o sinal até mesmo com uma antena interna de televisão na casa da pessoa. Para um equipamento de 100W, a diferença está no custo – e, se um equipamento retransmissor de 10W custa hoje em torno de R\$3 mil, um de 100W talvez custe em torno de R\$5 mil. Mas, somando-se todo o custo do sistema, não chegaríamos a mais do que R\$20 mil para adquirir todos esses equipamentos que foram ditos aqui por mim.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - V. S^a falou em uma cidade de 5 mil habitantes.

O SR. ALDO RENATO - Sim; cinco mil habitantes. Se tivermos um raio urbano, nessa cidade, em torno de 3 a 4km – e não acredito que chegue a ser maior do que isso –, daria para cobrir perfeitamente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Inclusive a área rural?

O SR. ALDO RENATO - Bem; se formos levar em conta a área rural, claro que teríamos que ter um equipamento um pouco mais potente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - E uma cidade maior, de 30 mil habitantes?

O SR. ALDO RENATO - Poder-se-ia instalar um equipamento de uns 200W...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - E quanto custaria?

O SR. ALDO RENATO - Acredito que não sairia mais do que R\$20 ou R\$25 mil.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - A de 5 mil sai quanto?

O SR. ALDO RENATO - Sairia em torno de uns R\$10 mil.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Para 5 mil, seriam R\$10 mil.

O SR. ALDO RENATO - É.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - E para 30 mil?

O SR. ALDO RENATO - Se tivermos uma cidade de 30 a 50 mil habitantes, acredito que o custo sairia de R\$25 a R\$30 mil, não mais do que isso, para se instalar esse equipamento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Para 5 mil, R\$10 mil. Para 30 mil...

O SR. AGACIEL DA SILVA MAIA - Tem um estudo como, Narciso?

O SR. NARCISO MORI JÚNIOR - Já temos um estudo que demonstra, pelo número de habitantes da cidade, qual o equipamento deve ser usado.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Qual é o equipamento?

O SR. NARCISO MORI JÚNIOR - Já temos a medida dos equipamentos. Se a cidade tem X habitantes, usa-se o equipamento X para atingir a área da população. Então, já temos esse cálculo todo. Se a cidade tem 30 mil habitantes, o equipamento recomendável é X, dependendo da área...

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Senador Pedro Simon, se V. Ex^a for às págs. 25 e 26 do livreto...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Já estou com ele aqui.

O SR. ALDO RENATO - Claro que equipamentos de UHF são um pouco mais caros do que equipamentos de VHF. Aqui foi feita uma previsão para equipamentos de 100W. Com equipamentos desse porte, podemos cobrir perfeitamente uma cidade de uns 10 a 15 mil habitantes, com um raio de cobertura de 10 a 15km perfeitamente.

Só para concluir: em relação à população da área rural, não há qualquer impedimento em se captar o sinal diretamente da parabólica, como é feito hoje. Pode-se captar o sinal da antena parabólica com um receptor-satélite, e a saída daquele receptor-satélite está diretamente ligada ao seu televisor. Para quem mora longe da cidade, o recurso seria adquirir o equipamento apenas: antena parabólica e o receptor de satélite.

Não devemos nos esquecer também de que, para a recepção do sinal de televisão, você tem o artifício de colocar uma torre com uma antena de um ganho elevado para quem está longe da cidade. Hoje em dia já se faz isso. Você instala uma pequena torre, com uma antena de um ganho elevado e pode captar o sinal. Obviamente a pessoa teria um custo um pouco maior para se captar o sinal.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Gostaria que a Sr^a Ana Luíza, que é a consultora especialista nas questões legais relacionadas com radiodifusão, que estudou o assunto, emiti-se seu parecer a respeito.

A SR^a ANA LUÍZA - Esse projeto de interiorização da TV Senado está esbarrando num problema jurídico. O decreto que regulamenta esse serviço de retransmissão proíbe a inserção de programação local. As retransmissoras...

O SR. - Só queria que a senhora dissesse o que o município teria de fazer para se tornar uma estação retransmissora.

A SR^a ANA LUIZA - Evidentemente ele precisa de uma autorização do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Eu não entendi, desculpe-me. A legislação proíbe o quê?

A SR^a ANA LUIZA - A inserção de programação local. Se o município está interessado em retransmitir a **TV Senado** em UHF, ele pede uma autorização do Ministério, mas não pode inserir programação local.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Permite-me um aparte?

A SR^a ANA LUIZA - Pois não.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - O Ministério só permite a transmissão da programação local na região amazônica, atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Quer dizer, hoje é proibido ter uma programação local?

A SR^a ANA LUIZA - Exato. Era permitido até o ano passado, mas foi baixado um decreto proibindo essa inserção local.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Por que proibiram?

A SR^a ANA LUIZA - O Ministro pode lhe dizer melhor do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Adiante. Nós vamos resolver isso.

A SRª ANA LUIZA - Então, conversando com o Senador Pedro Simon, levei a S. Exª essa questão da proibição, e S. Exª me pediu, por inspiração do Fernando César, que preparasse uma minuta de decreto para alterar essa proibição. Agora, temos duas possibilidades, e eu pediria que a questão fosse decidida neste momento. Evidentemente, um decreto não pode ser específico para a **TV Senado** nem para o serviço da **TV Senado**, teria de ser algo mais amplo. Temos duas possibilidades: ou se abre para a programação em geral...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O não poder é relativo, porque se é um serviço público...

A SRª ANA LUIZA - Não deveria então, pelo menos. Ou se reverte essa retransmissão para todas as retransmissoras ou só para aquelas mantidas pelas pessoas jurídicas de direito público interno, ou seja, União, Estados e municípios. Essas são as duas possibilidades.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Nós fizemos reuniões com as representantes de Câmaras Municipais e de prefeituras e eles fizeram uma solicitação. Tínhamos essa proposta de transmitir três horas de programação voltada para os municípios, mas as Câmaras Municipais pediram, nas reuniões feitas com o Dr. Marcos Reis, membro desta Comissão, que conseguíssemos mudar o decreto para que elas pudessem ter um programação local.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - A Câmara ou a cidade?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - A Câmara ou quem fosse ter uma estação retransmissora, porque a lei permite que haja uma retransmissora, que pode ser operada pela Prefeitura, ou pela Câmara Municipal, ou também por uma pessoa jurídica. Então, as Câmaras Municipais ponderaram sobre a necessidade de uma programação local, e nós falamos que poderíamos estudar isso, contanto que não fosse no horário da programação ao vivo da **TV Senado**, ou seja, no horário da transmissão da sessão plenária ou da reunião das comissões. Essa é uma reivindicação deles. Marcos Reis, que coordenou essas reuniões, poderia dar um idéia de como foram esses encontros.

O SR. MARCOS REIS - Bom-dia. Fomos procurados pela Associação Brasileira de Câmaras Municipais, que manifestou interesse em estabelecer uma parceria com o Senado para ser, digamos assim, uma interface entre a instituição e as Câmaras Municipais. Essa associação tem programado eventos regionais. Para se ter uma idéia, daqui a novembro existem oito eventos programados. O primeiro ocorre na semana que vem, reunindo as Câmaras Municipais do Rio Grande do Sul, e assim vão seguindo os Estados, sucessivamente, com intervalo de quinze dias mais ou menos.

A Associação gostaria de apresentar esse projeto da **TV Senado** nos municípios a fim de ouvir das Câmaras a manifestação de interesse. Já trouxeram, preliminarmente, essa sugestão de que se pudesse reservar pelo menos uma hora diária de programação local para assuntos de interesse público, de utilidade pública, nos horários da conveniência da **TV Senado**. Daí o trabalho que a consultora Ana Luiza desenvolveu.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - A programação local encarece muito o projeto?

O SR. MARCOS REIS - Não carece. Menos de 5% do investimento. Com aproximadamente R\$3mil ou R\$4mil, ele teria condição de fazer.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Temos como controlar o horário?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Aí teria que haver uma forma de se estabelecer um acordo.

A SRª ANA LUIZA - No próprio contrato de retransmissão isso poderia ser expresso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O Senador já está indo para o outro lado. No papel, tudo bem. O que S. Exª quer saber é se, na prática, temos condições de saber se eles estão cumprindo o que vamos propor ou não.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Acredito que teremos toda a população do município fiscalizando. Sempre haverá alguém para dizer se se está cumprindo ou não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Penso que, hoje, um dos maiores atrativos da comunicação é a programação local. Vemos, mesmo em cidades grandes, que, quando existem emissoras que transmitem a programação local, de alguma maneira, elas conseguem um determinado nível de audiência e até uma certa competição com as grandes redes.

Pode ser que o pessoal seja tentado a passar o aniversário do prefeito, não sei o quê, essas coisas. Evidentemente é um risco que vamos correr, havendo risco até de censura. Por exemplo, o Senador Pedro Simon está fazendo um discurso e alguém coloca uma programação local, tirando o Senador Pedro Simon do ar.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Senador, esse é um risco que existe em tudo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Será uma espécie de Rede **TV Senado** com as associadas. Não podemos querer a rigidez que as associadas da **TV Globo**, por exemplo, têm, com um espaço local mínimo. É preciso conciliar um pouco isso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Eu entendi uma questão que penso ser importante. O contato será feito com as Câmaras de Vereadores e não com as prefeituras? Estive vendo essa questão, sobre a qual eu gostaria de saber.

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Aí, depende do interesse. Não há algo fixo. Gostaríamos que fosse o Poder Legislativo, mas nem sempre o Poder Legislativo...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - A vantagem da Câmara de Vereadores é que lá há vários partidos. Na Câmara de Vereadores, estão todos representados. Na prefeitura, o prefeito é de um partido e o resto é contra ele. O aspecto positivo é que tem o apoio de toda a cidade; o aspecto negativo é que Câmara de Vereadores de municípios pequenos não tem estrutura, não tem coisa nenhuma, sendo que qualquer prefeitura, brincando, monta. É muito mais fácil montar com o prefeito do que com a Câmara de Vereadores; é infinitamente mais fácil. Agora, a repercussão é exatamente o contrário.

Penso que, logo adiante, no conjunto, podíamos chamar o BNDES - seria positivo e somaria para o Senado - e solicitar uma linha de crédito ao BNDES especialmente para a montagem desse centro. É algo que, para o BNDES, é uma brincadeira, talvez um dos melhores serviços que o BNDES já prestou, e faria, então, com que não houvesse nem o que discutir. Não há nem Câmara de Vereadores nem prefeitura que, recebendo uma proposta para pagar, em três anos, R\$500 ou sei lá quanto por mês, não concordasse. Devíamos convidar o Presidente do BNDES para conversar e, dentro desse contexto, haveria duas questões. De outro modo, teria de estar no orçamento e não sei mais o quê, enquanto, se fizemos desse modo, faremos mais barato, porque faremos, no conjunto, uma concorrência pública, para ver quanto pagar. Se, numa determinada prefeitura, numa determinada Câmara de Vereadores, vai-se cobrar dez e não-sei-o-quê. Agora se fizemos um negócio para todo o Brasil, baixa o preço...

O SR. MARCOS REIS - Qualquer indústria baixaria o preço.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - ...e em compensação o BNDES banca, não custa nada para ele. Então é uma brincadeira. Não há quem não vai aceitar. O que o senhor acha?

O SR. MARCOS REIS - Acho ótima a idéia.

A propósito, Senador Lúcio Alcântara, dessa possibilidade de haver qualquer restrição à divulgação, hoje, na TV a cabo, o telespectador não aceita esse tipo de coisa. Quando foi instalada a **NET** em alguns municípios do interior do Paraná - e o Senador Roberto Requião vai falar a esse respeito -, a televisão começou a dar defeito. Os telespectadores da cidade reclamaram, então, para nós, que repassamos a reclamação para a **NET**, que resolveu o problema. Infelizmente isso acontece, é inevitável.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - E o pior é que eles queriam dizer que o defeito era do Senador Roberto Requião. (Risos)

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Não há como não ter alguém que não denuncie, e nós apuraremos a denúncia. É claro que vai ter um percentual que não vamos controlar, mas o benefício é muitas vezes maior do que os pequenos prejuízos que possamos ter.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Pela ordem, Sr. Presidente.

A Comissão de Assuntos Sociais está tendo agora uma audiência pública com o Presidente do Conselho de Segurança Alimentar. Estive lá, assinei e vim para cá, mas preciso voltar para também contribuir com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - É a primeira dama que está presente?

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Não, o Presidente é Dom Mauro Morelli, do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Então explica.

O SR. GERALDO CÂNDIDO - O Presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, Dom Mauro Morelli.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Veio com as tropas de Minas ou veio sozinho?

O SR. GERALDO CÂNDIDO - Veio com as tropas de Minas. Veio com as tropas de Itamar (Risos) Está preparado para a guerra já. Está cavando trincheiras por lá, por Minas Gerais.

Só queria fazer alguns comentários.

Em primeiro lugar, parabênz o jornalista Fernando Mesquita e o Dr. Agaciel pela proposta de transformar a **TV Senado** em uma TV aberta, com um sinal aberto. Tenho recebido várias manifestações de pessoas nas ruas do Rio de Janeiro, Estado que represento aqui, dizendo que a **TV Senado** é importante, mas

que a maioria da população não tem acesso a ela, pois só está disponível aos assinantes de TV a cabo. É importante, então, que a **TV Senado** se transforme em uma TV de sinal aberto para permitir que milhões de pessoas possam assistir a sua programação.

Como disse aqui o Senador Pedro Simon, a **TV Senado** está mudando a visão distorcida da população a respeito do Poder Legislativo. A imprensa muitas vezes desinforma mais do que informa, pois, na verdade, criou-se uma imagem do Poder Legislativo muito desgastada. E estão aí as últimas pesquisas do IBOPE que afirmam que a maioria da população considera que não serve para nada o Legislativo, que não vale nada, que são apenas um monte de desocupados que ficam lá só ganhando dinheiro e sem fazer nada. As pessoas que assistem à **TV Senado**, no entanto, estão mudando de opinião com relação a isso, e tenho recebido várias manifestações nesse sentido.

Como exemplo, cito que, no mês passado, quando estive no interior do Rio Grande do Norte, que é o meu Estado de origem, mais ou menos a 80Km de Natal, os habitantes daquela região estavam assistindo à **TV Senado** com antenas parabólicas, através da chamada **Amazon Sat**, que está no Rio Grande do Norte. O pessoal tem o hábito de assistir ao **Jornal do Senado**, por volta das 19h, e muitos me reconheceram dizendo que já tinham me visto na **TV Senado**. É impressionante, então, constatar como a TV, que é um veículo que entra na casa do cidadão, é muito importante para a divulgação - só que se fizermos isso no Brasil inteiro, vamos começar a competir com a **Globo**, porque a **Globo** é a única emissora que atinge todos os Estados do Brasil, é a única TV que está presente em todas as Regiões do País.

Tenho apenas uma preocupação. Não sou tão otimista quanto o Dr. Agaciel, que disse que vamos instalar a retransmissora da **TV Senado** em mais de 5 mil municípios, pois o custo financeiro se transforma em um empecilho. Sabe-se que no interior há municípios que não têm verbas. Sobrevivem do Fundo de Participação dos municípios - FPM. Considero, no entanto, que uma parcela considerável pode ter recurso para instalar a retransmissora, o que será importante para nós, para a população do Brasil e para o Senado.

Também a proposta da universidade do Legislativo é muito importante. Precisamos discutir a questão com mais profundidade, até porque a subcomissão da qual faço parte tem a tarefa de discutir não só a questão da **TV Senado**, mas também da TV em geral, e rádios também, é rádio, televisão e rádios comunitárias, quer dizer, temos aqui uma tarefa importante para cumprir e esperamos dar cabo aqui de um bom trabalho, que possa regulamentar as coisas, colocá-las em seus devidos lugares. No Brasil, a programação de televisão é uma coisa muito séria. Precisamos mudar algumas coisas.

Não seria impor censura, mas regulamentar de forma que ela funcione de forma adequada. Penso que há programas que devem ser vistos com mais cuidado quanto ao seu funcionamento.

Muito obrigado.

Tenho de ir lá para a Comissão.

O SR. - Senador, tenho razões para ser otimista. Primeiro, há pouco, mais de três anos, a TV e a Rádio Senado, toda essa estrutura de comunicação...

O SR - O Jornal do Senado.

O SR - Sim, e o **Jornal do Senado**. O Fernando César sabe muito bem que, há pouco mais de três anos, também era uma coisa parecida com o que estamos discutindo hoje. Na realidade, valendo-se do corpo de servidores do Senado - não veio ninguém de fora -; valendo-se dos recursos humanos, da qualidade dos nossos servidores, hoje toda essa a estrutura de comunicação e de treinamento é uma realidade; isso em pouco mais de três anos.

Não sou otimista, mas tenho a convicção de que, em breve, a **TV Senado** estará em todos os 5.700 municípios do Brasil.

O SR. - Isso para desagrado do Roberto Marinho.

O SR ARTUR DA TÁVOLA - Antes de tomar assento à mesa, eu gostaria de pedir para que se coloque na pauta uma palavra de discussão sobre o rádio.

O SR AGACIEL DA SILVA MAIA - Depois, Senador Artur da Távola, vou dar algumas informações sobre a questão do rádio.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Dou a palavra agora ao Vice-Presidente, Senador Artur da Távola, sem-Partido.

O SR ARTUR DA TÁVOLA - Ao que parece, o assunto “televisão” já está mais ou menos visto e contornado. Por coincidência, no momento em que solicitei uma palavra sobre a expansão dos serviços da Rádio Senado, que me parece mais barata, mais fácil e, se me permite, mais profunda que a Televisão; não da **TV Senado** - considero o rádio um meio mais profundo que a TV, isso teoricamente falando.

Como a Rádio Senado é uma rádio que já nasceu pronta praticamente - é curioso esse mecanismo: ela nasceu como se fosse uma emissora de vinte anos de programação estabelecida -, tendo, dentro do espectro de Brasília, eu mesmo posso testemunhar, um resultado muito grande e como hoje há no mundo uma expansão muito grande da questão dos canais de rádio - haja vista até a **TV Sky** - as possibilidades são ilimitadas. Sobretudo de colocar o som da **Rádio Senado** em uma espécie de circuito, que não é aberto, mas é o circuito da **Sky**, por exemplo, e todas as outras possibilidades de transmissão via satélite de atingir o País, além da expansão possível em ondas curtas.

São esses temas que me ocorrem e eu gostaria de ouvir a todos, porque, não aqui no caso da TV Senado ou do serviço de comunicação nosso, da Casa. Mas, em geral, no Brasil, dão importância à Televisão e não dão importância ao Rádio. A meu juízo, isso precisa ser equilibrado. O rádio é tão importante quanto a Televisão.

Assim, seria interessante abordarmos esse ponto.

O SR. - Quanto ao rádio, a nossa **Rádio Senado** transmite 24 horas por dia para o satélite. É o sistema Radiosalt digital. Nós estamos também na internet - a **TV Senado** e a **Rádio Senado** foram das primeiras a entrar na internet - e também transmitimos por ondas curtas para a Amazônia. Durante um determinado horário, alugamos os transmissores da **Rádio Nacional**.

Temos um convênio com a **Rede Católica de Rádio**, que tem antenas parabólicas e capta o nosso sinal e transmite noticiários que fazemos. Agora, a Ana Luíza fez uma interpretação da lei, consultou o Ministério e constatamos que as Assembléias Legislativas podem também ter uma rádio, e o Senador Mozarildo Cavalcanti me procurou, com o Presidente da Assembléia e o Governador, manifestando o interesse de instalar uma rádio em Roraima e, como eles não têm matéria para alimentar a rádio o dia todo, eles fariam a programação deles, transmitiriam as sessões deles pela rádio da Assembléia Legislativa e o restante do período eles transmitiriam a programação da **Rádio Senado**.

A partir daí, nós começamos a desenvolver uma idéia de procurar as Assembléias Legislativas para estabelecer uma espécie de convênio. Nós daríamos um suporte técnico legal para a instalação dessas emissoras e um assessoramento e essas Assembléias Legislativas usariam o seu tempo ocioso transmitindo a **Rádio Senado**.

Então, essa é uma idéia que nós estamos começando a desenvolver a partir dessa proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti, que nos colocou que achava que em outros Estados também havia o mesmo interesse. Eu já andei conversando com alguns Senadores que também acharam que poderia também haver esse interesse.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Aí seria a Assembléia Estadual ou as Câmaras Municipais?

O SR. FERNANDO CÉSAR MESQUITA - A Assembléia Estadual, porque embora a lei permita a Câmara Municipal ter uma rádio, nós achamos que seria um meio um tanto difícil, o Ministério poderia criar alguma dificuldade. Certamente vai criar, a Abert, etc. Mas a Assembléia Legislativa seria mais fácil. Como ela não pode ter propaganda comercial ficaria dentro da categoria de rádios educativas. Então, a Assembléia teria uma rádio, faria a transmissão da sua programação, nós forneceríamos o **know-how** da **Rádio Senado**, a nossa programação da **Rádio Senado**, e, inclusive, colaboraríamos até mesmo no trabalho de definir uma programação para o tempo que eles fossem utilizar.

Nós estamos desenvolvendo essa idéia e vamos apresentar um projeto até para ser encampado aqui pela Comissão de Rádio e TV, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Alguém deseja usar a palavra?

Sílvio.

O SR. SÍLVIO - Bem, antes de mais nada, queria agradecer as colocações que foram feitas pelo Senador Artur da Távola. Quanto ao que o Fernando César acabou de colocar, gostaria de dizer que seria extremamente oportuno, dentro desse projeto de expansão da **TV Senado**, no âmbito técnico, ouvirmos agora a avaliação, aliás mais do que uma avaliação, uma exposição da realidade, que o Aldo vai fazer para vocês quanto ao sinal da Rádio Senado chegar aos Municípios, usando o mesmo equipamento que vai gerar o sinal da **TV Senado**.

O SR. ALDO RENATO - Hoje, no sistema Rádio Sat Digital, o sinal que chega no satélite para rádio não é pelo mesmo canal da **TV Senado**. São canais distintos.

Agora, é possível, na subida do sinal desse canal da **TV Senado** que é jogado no satélite, que transite também no mesmo canal, paralelamente, o sinal de áudio estéreo da **Rádio Senado**. Ou seja, quem

tiver o receptor, não precisaria de dois receptores distintos para captar o sinal da Rádio. O mesmo receptor que capta o áudio da **TV Senado** poderia captar o áudio da **Rádio Senado**.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - Certo. É como na **Sky**, né?

O SR. ALDO RENATO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - O satélite, no sistema **Sky**, tem lá trinta canais de áudio.

O SR. ALDO RENATO - Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Artur da Távola) - No caso, quem quisesse captar, captaria pelo receptor da televisão.

O SR. ALDO RENATO - Isso. Para isso, bastaria apenas que fizéssemos uma alteração no equipamento que chamamos de **Uplink**, que temos aqui no anexo. É apenas colocar uma **interface** para que se possa ter mais do que o canal de áudio da **TV Senado**.

Fazendo só uma complementação em relação às rádios nos municípios, as rádios que seriam legislativas. Hoje em dia, têm-se aí as rádios comunitárias. As associações que podem operar essas emissoras também poderiam, se tiverem interesse, transmitir o sinal da **Rádio Senado**. São emissoras de baixa potência locais, tipo as emissoras municipais que devem se instalar para TV - rádio cobertura, restrito a 3 ou 5 quilômetros de área mas é possível ter-se numa comunitária o nosso sinal da **Rádio Senado**.

O SR. - E como seria - de onde ela pluga, de onde ela recebe o sinal - a rádio comunitária, por hipótese, do interior do Piauí? De onde ela recebe o sinal para plugar e colocar no ar?

O SR. - Pode-se receber o sinal e, é claro que, também, é um projeto nosso em que o sinal da Rádio transite no satélite junto com o da TV mas, independente disto, hoje, a forma de se captar esse sinal é através do Radiosalt digital. Basta que a pessoa tenha uma antena parabólica e um receptor de satélite da rádio. Compreendeu, Sr. Senador? É da mesma forma que se capta hoje. Basta que se tenha uma antena parabólica e o receptor da Radiosalt digital. Ali, na saída do receptor, você tem o sinal de áudio estéreo da nossa emissora para se plugar num transmissor de FM, por exemplo, ou de ondas médias.

O SR. - Sim, mas as rádios comunitárias têm esse equipamento - tem a antena parabólica.

O SR. - A legislação do Ministério autorizou que a potência máxima do equipamento transmissor - a rádio comunitária só tem canal de FM. Só é permitido transmitir em frequência modulada. A potência máxima é de 25 watts. Esse equipamento é do tamanho de um vídeo cassete - um transmissor de 25 watts de rádio FM é um equipamento cujo tamanho parece com um amplificador de áudio - é de pequeno tamanho. Poderia, assim, se injetar o sinal de áudio da rádio num equipamento desse. É claro que não se tem, ainda, no Brasil nenhuma comunitária oficialmente regularidade para funcionar. O Ministério já forneceu uma relação das entidades que ganharam os canais em determinadas localidades mas o próprio Congresso Nacional, através da sua Comissão Mista, é que terá que homologar e, posteriormente, o Presidente da República, o fará o funcionamento oficial dessas comunitárias mas acredito que no espaço de 6 meses a 1 ano se terá várias comunitárias funcionando no Brasil. Seria uma alternativa.

O SR. - Certo. Eu queria entender: o equipamento que será utilizado para receber o sinal do satélite para a TV pode receber, também, o sinal de áudio.

O SR. - Conjuntamente.

O SR. - Agora, para transmitir o sinal para a comunidade terá que se ter um outro equipamento?

O SR. - Sim, para se transmitir o sinal de rádio. E, é claro, eu estou citando uma emissora comunitária, isto é, o sinal de uma rádio comunitária porque não existe na legislação retransmissão de rádio - não existe você captar o sinal de uma emissora e retransmitir ela na cidade. Na cidade você tem um canal de rádio. Se a entidade tem interesse em transmitir, **on line**, via satélite - como existe a **Rede Antena 1**, no Brasil e, também, a **Rede Bandeirante** e a **Rede Manchete** que as tem em alguns locais. A mesma programação que roda na FM lá de São Paulo, captada pelo satélite, está rodando lá numa cidade do interior mas é porque ela ganhou a concessão naquela cidade, através de uma licitação mas, no nosso caso é diferente porque teria que ser uma emissora educativa e o processo de emissora educativa não é através de licitação mas através de uma concessão em que o Ministério autoriza. Mas é possível, da mesma forma, em relação à pergunta que o senhor havia feito.

O SR. - O que deve ficar muito claro - acredito que a Ana Luiza pode até dirimir essa dúvida - é que a programação da **Rádio Senado**, necessariamente, não deveria ser transmitida na íntegra mas de acordo com a emissora local se fosse comunitária ou não.

O SR. - Eu quero deixar uma idéia para reflexão e desenvolvimento dos senhores - talvez, a equipe de comunicação social do Senado possa desenvolver - isso em matéria de rádio.

Existem esforços isolados de radiodifusão no Brasil muito interessantes e que se perdem, digamos assim, na rapidez da duração de um programa de rádio e que depois desaparecem no ar, o que leva o rádio a ser muito mais descartável e portanto menos sério.

Mas algumas emissoras do Rio Grande do Sul, algumas emissoras de São Paulo, a **Rádio Cultura** de São Paulo, a **Rádio do Ministério da Educação** no Rio de Janeiro, alguns esforços da **Radiobrás**, muito menores do que deviam existir, ainda existem; alguns trabalhos da **Rádio Senado**, por exemplo, que versam sobre os 500 anos do Brasil e vários outros compõem um elenco de programação de rádio que, se houvesse uma associação entre os organizadores dessas emissoras e o apoio do Governo - que, aliás, nunca pensou nisso, por mais conselhos que tenha recebido dessa direção -, poder-se-ia fazer no Brasil um pacote de programação qualificada à disposição das emissoras privadas, das emissoras comunitárias para, nas suas lacunas de programação, inserir, com plena liberdade, por escolha deles, sem qualquer imposição, nada de cima para baixo, nada de horário comum a todos, essa programação ou aqueles programas que elas pinçassem dentro dessa programação.

Esse é uma idéia que já tentei passar para que o Governo a realizasse, uma vez que, creio, poderia fazer com mais facilidade. Mas nunca houve interesse nessa matéria e tampouco, observem os senhores, o Ministério da Cultura tem interesse em rádio e televisão, o que é espantoso.

De maneira que, como já conheço bem a equipe daqui - até diria, sem qualquer intento de elogiar gratuitamente, porque não é do meu feito - e sei que se trata de um grupo de qualidade, de massa crítica que a Casa tem, uma vez que o ingresso se dá por concurso e que são pessoas qualificadas, quem sabe, seria possível a Secretaria comandar um processo de reexposição do esforço feito no rádio para as emissoras, principalmente quando são emissoras estatais ou públicas, porque, sendo públicas ou estatais, aquele serviço está à disposição da população. Se isso foi feito no Brasil, ainda que as emissoras privadas levassem ao ar a programação de madrugada, nos horários não mercadológicos, não importa, isso já transformaria o espectro radiofônico brasileiro de imediato, dando uma eficácia também maior ao esforço isolados dessas emissoras que fazem esse tipo de programa.

Essa é uma sugestão, uma velha idéia que me acompanha e deixo aqui também para reflexão, enquanto passo a Presidência a quem de direito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Acho que essa questão apresentada pelo Senador Artur da Távola, embora eu tenha assistido somente ao final, é um **plus** extra que pode também ser analisado. Não é bem o sentido que a gente está buscando do rádio e da televisão, mas se for possível fazer uma coisa dessa natureza, já que o Ministério da Educação não faz, é uma coisa a ser discutida.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Nobre Senador, acredito que o que tínhamos de informação era exatamente isso. Temos, então, essa proposta para mudar o decreto, que vamos encaminhar a V. Ex^a para que a Subcomissão de Rádio e Televisão analise esse estudo feito pela consultora Ana Luísa e permita que a Câmara Municipal ou a prefeitura ou a pessoa jurídica que vá fazer essa retransmissão da **TV Senado** que se faculte a transmissão de pelo menos uma hora diária de programação local. Acredito que...

O SR. ARTUR DA TÁVOLA - Senador, permite V. Ex^a um breve aparte? O Senador Pedro Simon tocou nesse ponto de passagem e quero enfatizar. É evidente que a questão deve estar adstrita às Câmaras, apesar de elas serem muito mais desorganizadas, caóticas, por uma razão profunda de natureza democrática. O Senador aludiu ao tema com a sua percepção.

O grande sentido da **TV Senado**, de uma televisão como a do televisão do Parlamento, é a de ser plural ideologicamente, talvez seja um dos raros casos de pluralidade ideológica garantida, porque não ela pertence a Governo, não faz parte da ideologia do capital

O SR. PEDRO SIMON - Não é a parte; é o todo.

O SR. - É o todo. E, ao mesmo tempo, todas as correntes políticas que ali se representam estão presentes, com maior ou menor presença, segundo a habilidade de cada uma, enfim, aí são questões internas.

Agora, se se entrega isso a um Poder determinado, evidentemente ela não terá o caráter estruturalmente democrático. De maneira que vejo esse esforço na direção dos Parlamentos. Vai excitar os personalismos? Vai. Mas isso é um grande processo educativo ao qual, gradativamente, as pessoas vão se acostumando. A **TV Senado** não se transformou num exercício de vaidades alucinantes diante do microfone; a **TV Câmara** não está se transformando nisso. Quer dizer, há formas, há controles. É claro que excita um pouco, e é natural e é bom até que ocorra; há um lado positivo nisso. Mas ali estão todas as correntes.

O próprio comportamento do jornalista que opera numa emissora dessa natureza começa a ser diferente de algo que se cristalizou na grande imprensa como necessariamente negativo a um Poder, ou seja,

como uma porção de **a priores** que interferem na notícia final. Não se pode elogiar; só interessa defeito; é notícia como espetáculo. Uma emissora que seja ideologicamente plural tem como combater isso. Portanto, ela passa a ser até, de certa forma, pedagógica, no sentido da formação de um tipo de profissional como sempre se sonhou no jornalismo, que é o profissional-meio, o profissional eclético, o profissional do jornalismo interpretativo, e não aquele que se utiliza do poder do meio para exercer a sua forma de poder.

Assim, completa, a meu ver, bem mais amplamente, a missão jornalística, que é, no fundo, uma missão pedagógica, não é propriamente uma missão puramente de fiscalização.

No caso do jornalismo mundial, atualmente, a força da mídia leva com que ela se coloque na posição de promotora e juíza ao mesmo tempo, jamais de informação. Por isso, considero importante que seja nas câmaras para garantia da pluralidade ideológica, que é a base do sistema democrático que estamos tentando colocar no País.

O SR. - E a intenção do Congresso, do Senado, é exatamente a valorização do Poder Legislativo, seja em nível municipal, estadual ou federal. Agora, objetivamente, acredito que a Ana Luiza, que faz parte também da Subcomissão, como assessora e consultora do Senado, poderá oferecer à Subcomissão os textos legais que possam alterar leis ou o próprio decreto. O decreto é mais fácil, porque é uma gestão junto ao Presidente da República, ao Ministro das Comunicações; pode-se alterar o decreto ou, se for caso, fazer um projeto de lei, se for necessário mudar uma lei.

O SR. PEDRO SIMON - Quanto a essa parte do decreto, a Ana Luiza e nós nos encarregamos. Vou ali falar com o Ministro das Comunicações e direi que o Dr. Antonio Carlos me mandou aqui para fazer esse decreto e dali já levo para o **Diário Oficial**. (Risos)

Gostaria de fazer a outra parte, se me permitissem. Acho que vocês criaram aqui um grupo espetacular. Porque ninguém imaginava, na **TV Senado**, a capacidade, a competência e o belo serviço apresentado. Até na Câmara de Vereadores de Porto Alegre tem um serviço, mas é algo totalmente primário, caindo até um pouco no grosseiro. Mas aqui, não. Aqui existe um serviço de - como vou dizer - padrão **Globo**. Isso é muito importante.

Então, vocês têm essa equipe, mas estamos criando esta Subcomissão, que é permanente, para aquilo que eu disse: há um vazio no Brasil, que é a despreocupação com a televisão. E é a televisão que “faz a cabeça” da gente brasileira, com a novela da **Globo**, por exemplo. A gurizada, os nossos filhos, muito mais do que a escola, a Igreja e a família, recebem influência do rádio e basicamente da televisão. Por isso foi criada esta Comissão, que é permanente. Assim como permanentemente discutimos as questões de educação e da família, vamos discutir permanentemente as questões da comunicação.

Estamos tentando montar uma equipe, que não pode ser formada apenas de parlamentares, porque esses vêm, saem, comparecem a outras reuniões. Dentro do possível, imaginamos organizar um grupo constituído de gente da Casa, que possa debater, analisar, discutir, conhecer, aprofundar o tema, para que o Senado tenha condições de levar essa questão adiante.

Estive na OAB anteontem, num seminário da maior importância, e verifiquei o interesse enorme que há no sentido dessa discussão. É claro que não podemos sair dizendo que o Ratinho é isso, que a **Globo** é aquilo, não é assim. Queremos começar do início, debater, para depois aprofundar a discussão.

A Ana Luiza e outras pessoas, por exemplo, analisaram como é a televisão na Inglaterra e em outros países e verificaram que ela é bem diferente do que é no Brasil. Na Inglaterra, existe a TV estatal, que é a **BBC**, e a TV privada, que também é pública.

Eu sugeriria ao Diretor-Geral e ao Mesquita que constituíssemos, dentro do viável, um grupo de sua equipe para participar. Traríamos as pessoas mais importantes da área, do Brasil e do mundo, para debaterem e analisarem esse tema. Se houvesse um grupo que pudesse também fazer parte, vir, assistir, discutir, se pudessemos fazer uma reunião como esta, de trabalho, objetiva, com uma pauta determinada, seria alguma coisa de excepcional. Vocês contariam conosco em tudo o que diz respeito ao trabalho, mas se pudessemos dar esse algo mais, debatermos em conjunto e termos uma massa crítica, uma posição e uma proposta para apresentarmos ao debate, seria realmente significativo.

Uma coisa é estarmos numa reunião como esta. É claro que ela foi feita de improviso, às pressas. Os Parlamentares, tenho certeza, em outras ocasiões, estarão aqui, mas o que considero importante é que, independentemente da presença deles, tenhamos um grupo de colegas trabalhando diariamente nisso com vocês.

O que você acha disso?

O SR FERNANDO CÉSAR MESQUITA - De nossa parte, da equipe da Secretaria de Comunicação, estamos inteiramente disponíveis. Somos a favor da idéia e podemos colocar pessoas para trabalhar. Não há nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Não é só para trabalhar, é para assistir, debater, discutir, conhecer. Daqui a pouco vamos trazer o fulano de tal, dos Estados Unidos, por exemplo, para fazer uma exposição. Seria importante que o nosso pessoal estivesse presente.

O SR FERNANDO CÉSAR MESQUITA - Estamos inteiramente à disposição. Posso até indicar as pessoas hoje mesmo se V. Ex^a quiser.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - É possível?

O SR.FERNANDO CÉSAR MESQUITA - É possível.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h56min.)